



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260702PE00004

LICITAÇÃO Nº. 00004/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES

RUA QUEBRA QUILOS, S/N - CENTRO - FAGUNDES - PB.

CEP: 58487-000 - E-mail: licitacao.pmfagundes@gmail.com - Tel.: (83) 3393-1779.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.737.694/0001-56, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 11:00 horas do dia 27 de Julho de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00004/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/07/2026. HORÁRIO: 11:00 - HORÁRIO DE BRASÍLIA.

DATA PARA INÍCIO DA FASE DE LANCES: PREVISTA PARA OCORRER NESTA MESMA SESSÃO PÚBLICA.

LOCAL: [HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:00 as 13:00 horas.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: <https://licitanet.com.br/>.

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5. ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.6. ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.7. ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. <https://www.fagundes.pb.gov.br/>;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. <https://licitanet.com.br/>; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

3.3. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2. O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos: 20.800 SECRETARIA DE SAUDE/FMS

10 301 1100 2035 5.128.000 10 MANUT. DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 303 1100 2038 43.000 0 MANUT. DO PROGRAMA DA FARMÁCIA BÁSICA

10 301 1100 2039 4.332.000 8 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE SAÚDE

10 305 1100 2041 426.000 1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

10 302 1100 2074 68.000 0 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10 301 1100 2075 246.000 0 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS

10 302 1100 2080 3.000 0 MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUS

3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO

3390.32 99 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

5.5. Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5. Não poderão participar os interessados:

6.5.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação; e

6.5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6. O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7. É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2. Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.7.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7. A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.2.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos seguintes índices:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00 \end{aligned}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;

SG - Solvência Geral;

LC - Liquidez Corrente.

6.9.2.1.Caso o licitante apresente resultado que não atenda ao respectivo valor requerido em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.9.2.2.Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.2.3.A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.2.4.O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.10.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 14.536,87. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES. Banco - Banco do Brasil. Agência - 2053-2. Conta Corrente - 600.100-9. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

6.10.1.3. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";

9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:

9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.

9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.

9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 10.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 10.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.29.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

10.29.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1.Contiver vícios insanáveis;

11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.5.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Pregoeiro recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.6.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.7.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e/ou Estadual ou Distrital relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei

12.3.8.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.9.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.10.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezois anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.11.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.12.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.13.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.14.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.14.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.14.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.14.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.14.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.14.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.14.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.1.

12.4.2.Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.2.

12.4.3.Licença Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante.

12.4.4.Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA, acompanhada, se for o caso, da autorização para comercialização de medicamentos controlados.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

12.5.1.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2. Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

12.5.1.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.6.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 (vinte e quatro) horas, para:

12.9.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.9.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fô publico.

12.10. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.11.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.12.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.12.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.12.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.12.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.12.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.12.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.14.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.15.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.15.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.15.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.16.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

- 14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:
- 14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.
- 14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://licitanet.com.br/>.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

- 16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:
- 16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;
- 16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:
- 16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;
- 16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.
- 16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.
- 16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.
- 16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6.Garantia da contratação:

- 16.6.1.Conforme as disposições dos autos do presente certame, não será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes, da Lei 14.133/21.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:
- 17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:
- 17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:

17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:

17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso:

17.3.1.1.Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:

17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

17.7.Negociação de preços registrados:

17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1.Por razão de interesse público;

18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1.Competências:

21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.1.2.Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.

22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1.Regra geral:

23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e

23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.1.4.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

23.1.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

23.2.Limites para as adesões:

23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:

23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador; e

23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

24.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/07/2026.

24.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

24.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

24.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

26.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

26.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

26.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

26.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.2.Obrigações do Contratado:

26.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

26.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

26.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

26.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

26.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

26.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

26.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

27.0.DO PAGAMENTO

27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

27.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

27.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

27.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

28.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

30.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

30.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

30.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

30.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Quebra Quilos, S/N – Centro – Fagundes – PB, nos horários normais de expediente: das 07:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Fagundes, Estado da Paraíba.

Fagundes - PB, 07 de Julho de 2026.

RAI SOUZA TAVEIRA
Pregoeiro Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ACEBROFILINA XPE PEDIÁTRICO 100MG/ML	FRS	975	5,32	5.187,00
2	ACETILCISTEÍNA 40MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120ML	FRS	325	7,45	2.421,25
3	ACETILCISTEÍNA 100MG/ML (10%), AMPOLA COM 3ML	AMP	390	3,50	1.365,00
4	ACICLOVIR 200MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,38	494,00
5	ACICLOVIR CREME DERMATOLÓGICO 50MG/G, BISNAGA COM 10G	BIS	260	4,65	1.209,00
6	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG, COMPRIMIDO	COMP	65000	0,07	4.550,00
7	ÁCIDO FÓLICO 5MG, COMPRIMIDO	COMP	58500	0,08	4.680,00
8	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/ML, AMPOLA COM 5ML	AMP	1300	6,12	7.956,00
9	ADENOSINA 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML	AMP	325	17,90	5.817,50
10	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	325	1,68	546,00
11	ÁGUA BIDEUTILADA, AMPOLA COM 10ML	AMP	13000	0,38	4.940,00
12	ÁGUA DESTILADA, FRASCO COM 500ML, SISTEMA FECHADO	FRS	650	5,50	3.575,00
13	ALBENDAZOL 40MG/ML (4%), SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FRS	1300	1,96	2.548,00
14	ALBENDAZOL 400MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	COMP	1300	0,93	1.209,00
15	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,48	624,00
16	ALPRAZOLAM 0,50MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	0,14	910,00
17	ALPRAZOLAM 1MG, COMPRIMIDO	COMP	7800	0,14	1.092,00
18	ALPRAZOLAM 2MG, COMPRIMIDO	COMP	7800	0,22	1.716,00
19	AMBROXOL 15MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 100ML	FRS	650	3,88	2.522,00
20	AMBROXOL 30MG/ML, XAROPE ADULTO, FRASCO COM 100ML	FRS	650	4,19	2.723,50
21	AMIODARONA, CLORIDRATO 50MG/ML, AMPOLA COM 3ML	AMP	260	4,59	1.193,40
22	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	52000	0,08	4.160,00
23	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	4,07	15.873,00
24	AMOXICILINA 250MG/5ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975	7,31	7.127,25
25	AMOXICILINA 500MG, CÁPSULA	CAP	26000	0,39	10.140,00
26	AMOXICILINA 50MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML (250+62,5MG/5ML), SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 70ML	FRS	780	22,35	17.433,00
27	ANLÓDIPINO, BESILATO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,12	3.900,00
28	ANLÓDIPINO, BESILATO 5MG, COMPRIMIDO	COMP	65000	0,06	3.900,00
29	ATENÓLOL 50MG, COMPRIMIDO	COMP	26000	0,08	2.080,00
30	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	325	1,36	442,00
31	AZITROMICINA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	4550	1,55	7.052,50
32	AZITROMICINA 900MG, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 22,5ML	FRS	650	12,30	7.995,00
33	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI, FRASCO/AMPOLA	FA	1300	11,76	15.288,00
34	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2MG, COMPRIMIDO	COMP	8450	0,60	5.070,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

35	BROMAZEPAM 3MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,19	741,00
36	BROMAZEPAM 6MG, COMPRIMIDO	COMP	4550	0,26	1.183,00
37	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO COM 20ML	FRS	195	2,74	534,30
38	BUDESONIDA 32MCG, AEROSOL/SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES	FRS	78	23,85	1.860,30
39	BUDESONIDA 64MCG, AEROSOL/SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES	FRS	78	34,85	2.718,30
40	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	1625	1,68	2.730,00
41	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML + DIPIRONA 333,4MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	975	9,80	9.555,00
42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 5ML	AMP	3900	2,43	9.477,00
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,66	2.574,00
44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,83	1.079,00
45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	200	10,79	2.158,00
46	BROMOPRIDA 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	400	3,15	1.260,00
47	CAPTOPRIL 25MG, COMPRIMIDO	COMP	130000	0,09	11.700,00
48	CAPTOPRIL 50MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,21	6.825,00
49	CARBAMAZEPINA 200MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,28	9.100,00
50	CARBAMAZEPINA 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	700	13,90	9.730,00
51	CARBIDOPA 25MG + LEVODOPA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	700	0,96	672,00
52	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	0,14	910,00
53	CARBONATO DE LÍTIO 300MG, COMPRIMIDO	COMP	8450	0,54	4.563,00
54	CARVEDILOL 12,5MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,16	1.560,00
55	CARVEDILOL 6,25MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,13	1.267,50
56	CEFALEXINA 250MG/5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975	9,55	9.311,25
57	CLINDAMICINA 300MG, CÁPSULA	CAP	3250	1,70	5.525,00
58	CLINDAMICINA 300MG, CÁPSULA	CAP	13000	1,70	22.100,00
59	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA (IM/IV)	FA	1170	6,80	7.956,00
60	CETOPROFENO 150MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1300	1,25	1.625,00
61	CETOCONAZOL + BETAMETASONA + NEOMICINA, CREME, BISNAGA COM 30G	BIS	400	7,31	2.924,00
62	CETOCONAZOL 200MG, COMPRIMIDO	COMP	700	0,51	357,00
63	CETOCONAZOL CREME 20MG/G, BISNAGA COM 30G	BIS	700	4,30	3.010,00
64	CETOCONAZOL XAMPU 20MG/G (2%), FRASCO COM 80ML	FRS	400	13,50	5.400,00
65	CETOPROFENO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL IM, AMPOLA COM 2ML	AMP	1300	1,97	2.561,00
66	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5MG, COMPRIMIDO	COMP	650	0,63	409,50
67	CILOSTAZOL 100MG, COMPRIMIDO	COMP	400	1,02	408,00
68	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	4550	0,43	1.956,50
69	CITALOPRAM, BROMIDRATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	0,25	1.625,00
70	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,35	455,00
71	CLONAZEPAM 0,5MG, COMPRIMIDO	COMP	2600	0,12	312,00
72	CLONAZEPAM 2,5MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	1000	4,20	4.200,00
73	CLONAZEPAM 2MG, COMPRIMIDO	COMP	78000	0,09	7.020,00
74	CLOPIDOGREL 75MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,75	975,00
75	DULOXETINA, CLORIDRATO 30MG, CÁPSULA	CAP	700	2,25	1.575,00
76	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML	AMP	700	0,63	441,00
77	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,58	2.262,00
78	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	2600	2,98	7.748,00
79	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	400	11,50	4.600,00
80	CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 500MG, COMPRIMIDO	COMP	3250	1,56	5.070,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

81	COMPLEXO B, COMPRIMIDO	COMP	13000	0,07	910,00
82	COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	9750	1,95	19.012,50
83	COMPLEXO B, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	700	3,40	2.380,00
84	DEXAMETASONA 4MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2,5ML	AMP	9750	1,75	17.062,50
85	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%), BISNAGA COM 10G	BIS	700	3,50	2.450,00
86	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML, FRASCO COM 120ML	FRS	975	4,25	4.143,75
87	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2MG/5ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	400	2,89	1.156,00
88	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML + BETAMETASONA 0,05MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	400	6,59	2.636,00
89	DESCLORATADINA 0,5MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	780	14,87	11.598,60
90	DESCLORATADINA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	780	0,97	756,60
91	DIAZEPAM 10MG, COMPRIMIDO	COMP	54600	0,12	6.552,00
92	DIAZEPAM 5MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,09	877,50
93	DIAZEPAM 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	400	1,15	460,00
94	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,16	1.560,00
95	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML (75MG/3ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 3ML	AMP	9750	1,19	11.602,50
96	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	0,22	1.430,00
97	DIMENIDRINATO, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	200	3,80	760,00
98	DIMENIDRINATO 50MG/ML + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA	AMP	1950	3,20	6.240,00
99	DIMENIDRINATO 25MG/ML + PIRIDOXINA 5MG/ML, GOTAS, FRASCO	FRS	300	10,19	3.057,00
100	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	1950	0,45	877,50
101	DIMETICONA (SIMETICONA) 40MG, COMPRIMIDO	COMP	1950	0,25	487,50
102	DIMETICONA (SIMETICONA) 75MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 10ML	FRS	700	1,98	1.386,00
103	DIPIRONA SÓDICA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	39000	0,18	7.020,00
104	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 10ML	FRS	2600	1,85	4.810,00
105	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML (1G/2ML), AMPOLA COM 2ML	AMP	11700	1,00	11.700,00
106	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	200	6,46	1.292,00
107	ENALAPRIL, MALEATO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,07	2.275,00
108	ENALAPRIL, MALEATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,09	2.925,00
109	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG, AMPOLA COM 1ML	AMP	200	18,00	3.600,00
110	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SERINGA PREENCHIDA	SER	975	21,40	20.865,00
111	ESPIRONOLACTONA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	3250	1,55	5.037,50
112	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO	COMP	13000	0,33	4.290,00
113	ESPIRONOLACTONA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,96	3.744,00
114	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	300	3,50	1.050,00
115	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15MG, CARTELA/CAIXA COM 21 COMPRIMIDOS	CX	195	18,50	3.607,50
116	ETOMIDATO 2MG/ML, AMPOLA COM 10ML	AMP	100	18,00	1.800,00
117	FENITOÍNA SÓDICA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,31	3.022,50
118	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 5ML	AMP	35	4,35	152,25
119	FENOBARBITAL 100MG, COMPRIMIDO	COMP	32500	0,37	12.025,00
120	FENOBARBITAL 40MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	300	8,10	2.430,00
121	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	130	4,50	585,00
122	FENTANILA, CITRATO 50MCG/ML, AMPOLA COM 2ML	AMP	35	6,50	227,50
123	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	130	3,15	409,50
124	FLUCONAZOL 150MG, CÁPSULA	CAP	4550	1,07	4.868,50
125	FLUMAZENIL 0,1MG/ML, AMPOLA COM 5ML	AMP	130	8,67	1.127,10
126	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG, COMPRIMIDO/CÁPSULA	COMP	71500	0,09	6.435,00
127	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975	6,65	6.483,75
128	QUETIAPINA, FUMARATO 100MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,96	3.744,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

129	QUETIAPINA, FUMARATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	7800	0,24	1.872,00
130	FUROSEMIDA 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	1950	1,22	2.379,00
131	FUROSEMIDA 40MG, COMPRIMIDO	COMP	65000	0,09	5.850,00
132	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 160MG/ML + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 60MG/ML, ENEMA	UND	200	9,15	1.830,00
133	GENTAMICINA, SULFATO 40MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	100	2,12	212,00
134	GENTAMICINA, SULFATO 40MG/ML (80MG/2ML), AMPOLA COM 2ML	AMP	100	2,12	212,00
135	GLIBENCLAMIDA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	65000	0,07	4.550,00
136	GLICLAZIDA 30MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3900	0,45	1.755,00
137	GLICLAZIDA 60MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	3900	0,65	2.535,00
138	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML	AMP	6500	0,88	5.720,00
139	GUACO, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	200	10,15	2.030,00
140	HALOPERIDOL, DECANOATO 70,52MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	400	10,80	4.320,00
141	HALOPERIDOL 1MG, COMPRIMIDO	COMP	2600	0,34	884,00
142	HALOPERIDOL 2MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	400	6,50	2.600,00
143	HALOPERIDOL 5MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,19	1.852,50
144	HALOPERIDOL 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	35	3,79	132,65
145	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/0,25ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBCUTÂNEA, AMPOLA COM 0,25ML	AMP	650	13,60	8.840,00
146	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA COM 5ML	FA	650	27,20	17.680,00
147	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	130	12,30	1.599,00
148	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG, COMPRIMIDO	COMP	65000	0,05	3.250,00
149	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	0,15	975,00
150	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ + DILUENTE)	FA	390	5,99	2.336,10
151	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ + DILUENTE)	FA	650	9,10	5.915,00
152	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	325	3,72	1.209,00
153	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 6% + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 4%, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	70	18,90	1.323,00
154	HIDROXIZINA, CLORIDRATO 2MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	4550	8,95	40.722,50
155	IBUPROFENO 50MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	650	4,40	2.860,00
156	IBUPROFENO 600MG, COMPRIMIDO	COMP	26000	0,30	7.800,00
157	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RH (D), AMPOLA COM 2ML (300MCG)	AMP	70	456,00	31.920,00
158	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,40	1.560,00
159	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMP	3900	0,49	1.911,00
160	ITRACONAZOL 100MG, CÁPSULA	CAP	650	1,60	1.040,00
161	IVERMECTINA 6MG, COMPRIMIDO	COMP	1950	0,94	1.833,00
162	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	300	27,50	8.250,00
163	COLAGENASE 0,6U/G, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	200	27,50	5.500,00
164	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120ML	FRS	200	8,65	1.730,00
165	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG (BD), COMPRIMIDO	COMP	1300	1,60	2.080,00
166	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG (HBS), CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAP	1300	2,80	3.640,00
167	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	1300	2,20	2.860,00
168	LEVOMEPRIMAZINA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	11700	1,29	15.093,00
169	LEVOMEPRIMAZINA 25MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	1,87	18.232,50
170	LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML (4%), SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	35	27,55	964,25
171	LEVONORGESTREL 0,75MG, COMPRIMIDO	COMP	325	3,20	1.040,00
172	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,20	260,00
173	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,12	156,00
174	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,15	195,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

175	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300	0,18	234,00
176	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2% SEM VASOCONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO COM 20ML	FRS	1950	7,48	14.586,00
177	LIDOCAÍNA GEL 2%, BISNAGA COM 30G	BIS	325	7,48	2.431,00
178	LORATADINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	8450	0,14	1.183,00
179	LORATADINA 1MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	780	4,69	3.658,20
180	LORAZEPAM 2MG, COMPRIMIDO	COMP	650	0,29	188,50
181	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	23400	0,15	3.510,00
182	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	195000	0,09	17.550,00
183	MEBENDAZOL 100MG, COMPRIMIDO	COMP	325	0,54	175,50
184	MEBENDAZOL 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30ML	FRS	325	3,40	1.105,00
185	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	42900	0,20	8.580,00
186	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG, COMPRIMIDO	COMP	87360	0,26	22.713,60
187	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	13260	0,85	11.271,00
188	METILDOPA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	10010	1,22	12.212,20
189	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FRS	195	2,21	430,95
190	METRONIDAZOL 250MG, COMPRIMIDO	COMP	5850	0,33	1.930,50
191	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G, BISNAGA COM 50G + APLICADORES	BIS	975	10,12	9.867,00
192	METRONIDAZOL 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 80ML	FRS	40	9,55	382,00
193	MICONAZOL, NITRATO 20MG/G (2%), CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA COM 28G	BIS	234	7,25	1.696,50
194	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL, BISNAGA COM 80G + 10 APLICADORES	BIS	1560	17,85	27.846,00
195	MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML	AMP	40	7,23	289,20
196	MISOPROSTOL 200MCG, COMPRIMIDO VAGINAL	COMP	40	4,50	180,00
197	MORFINA, SULFATO 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	40	3,23	129,20
198	NEOMICINA, SULFATO + BACITRACINA, POMADA, BISNAGA COM 10G	BIS	325	4,58	1.488,50
199	NIFEDIPINO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	3900	0,98	3.822,00
200	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	9750	0,14	1.365,00
201	NIMESULIDA 50MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 15ML	FRS	65	3,21	208,65
202	NISTATINA 100.000UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30ML	FRS	260	8,02	2.085,20
203	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI/G, BISNAGA COM 50G + 7 APLICADORES	BIS	650	10,60	6.890,00
204	NITROGLICERINA (NITROPRUSSIATO) 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML	AMP	40	35,00	1.400,00
205	NOREPINEFRINA, BITARTARATO 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 4ML	AMP	40	2,30	92,00
206	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG, CÁPSULA	CAP	400	0,82	328,00
207	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50MG, CÁPSULA	CAP	400	1,55	620,00
208	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	100	8,65	865,00
209	ÓLEO MINERAL, FRASCO COM 100ML	FRS	195	4,76	928,20
210	OMEPRAZOL 20MG, CÁPSULA	CAP	39000	0,13	5.070,00
211	OMEPRAZOL 40MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA + DILUENTE	FA	325	12,55	4.078,75
212	OMEPRAZOL 40MG, CÁPSULA	CAP	650	0,55	357,50
213	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 2MG/ML (4MG/2ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	5200	1,56	8.112,00
214	ONDANSETRONA 8MG, COMPRIMIDO	COMP	650	0,70	455,00
215	OXACILINA SÓDICA 500MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL)	FA	325	7,15	2.323,75
216	ESCITALOPRAM, OXALATO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	78000	0,27	21.060,00
217	ESCITALOPRAM, OXALATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	13000	0,35	4.550,00
218	OXCARBAZEPINA 300MG, COMPRIMIDO	COMP	650	1,70	1.105,00
219	OXCARBAZEPINA 600MG, COMPRIMIDO	COMP	650	2,91	1.891,50
220	OXCARBAZEPINA 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	40	65,20	2.608,00
221	OLANZAPINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	6500	2,15	13.975,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

222	PANTOPRAZOL 40MG, COMPRIMIDO	COMP	650	0,30	195,00
223	PARACETAMOL 200MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 15ML	FRS	650	1,85	1.202,50
224	PARACETAMOL 500MG, COMPRIMIDO	COMP	4550	0,15	682,50
225	PARACETAMOL 750MG, COMPRIMIDO	COMP	3250	0,27	877,50
226	PAROXETINA, CLORIDRATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3250	0,38	1.235,00
227	PASTA D'ÁGUA, POTE/BISNAGA COM 80G	UND	70	10,50	735,00
228	PERMETRINA 5%, LOÇÃO, FRASCO COM 60ML	FRS	390	8,50	3.315,00
229	PIPERACILINA SÓDICA 4G + TAZOBACTAM SÓDICO 500MG, FRASCO/AMPOLA	FA	195	16,90	3.295,50
230	PIRACETAM 200MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	40	3,80	152,00
231	POLIVITAMÍNICO, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	65	4,45	289,25
232	PREDNISOLONA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	325	0,98	318,50
233	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975	6,63	6.464,25
234	PREDNISONA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3250	0,27	877,50
235	PREDNISONA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	5200	0,13	676,00
236	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	5850	0,28	1.638,00
237	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	200	5,69	1.138,00
238	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40MG, COMPRIMIDO	COMP	13000	0,10	1.300,00
239	PREGABALINA 75MG, CÁPSULA	CAP	22750	0,53	12.057,50
240	RISPERIDONA 1MG, COMPRIMIDO	COMP	19500	0,23	4.485,00
241	RISPERIDONA 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	1950	24,50	47.775,00
242	RISPERIDONA 2MG, COMPRIMIDO	COMP	31200	0,31	9.672,00
243	RISPERIDONA 3MG, COMPRIMIDO	COMP	19500	0,38	7.410,00
244	SACCHAROMYCES BOULARDII 100MG, CÁPSULA	CAP	650	1,20	780,00
245	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG, ENVELOPE/SACHÊ	ENV	650	1,80	1.170,00
246	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE COM 27,9G	ENV	3250	1,45	4.712,50
247	SALBUTAMOL, SULFATO 0,4MG/ML (4%), XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	40	4,25	170,00
248	SALBUTAMOL, SULFATO 100MCG/DOSE, AEROSOL/SPRAY COM 200 DOSES	FRS	1300	22,10	28.730,00
249	SECNIDAZOL 1000MG, COMPRIMIDO	COMP	650	2,15	1.397,50
250	SERTRALINA, CLORIDRATO 50MG, COMPRIMIDO	COMP	78000	0,24	18.720,00
251	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	59800	0,12	7.176,00
252	SINVASTATINA 40MG, COMPRIMIDO	COMP	13000	0,23	2.990,00
253	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA ABERTO COM TAMPA, FRASCO COM 500ML	FRS	650	7,30	4.745,00
254	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 100ML	FRS	1950	5,02	9.789,00
255	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 250ML	FRS	2600	6,29	16.354,00
256	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	7800	6,63	51.714,00
257	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1:1, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	40	10,28	411,20
258	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	1950	9,55	18.622,50
259	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	3250	9,55	31.037,50
260	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	1625	9,55	15.518,75
261	SULFADIAZINA DE PRATA 1%, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	650	8,50	5.525,00
262	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML + TRIMETOPRIMA 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	195	5,61	1.093,95
263	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG, COMPRIMIDO	COMP	455	0,34	154,70
264	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%, AMPOLA COM 10ML	AMP	650	2,20	1.430,00
265	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%, AMPOLA COM 10ML	AMP	650	3,50	2.275,00
266	SULFATO FERROSO 40MG (FE ELEMENTAR), COMPRIMIDO	COMP	39000	0,07	2.730,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

267	SULFATO FERROSO 25MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	195	1,55	302,25
268	SUPositório DE GLICERINA (ADULTO/INFANTIL), UNIDADE	UND	70	1,75	122,50
269	TENOXICAM 20MG, Pó PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, AMPOLA COM 2ML	AMP	2275	7,99	18.177,25
270	TOPIRAMATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	390	0,40	156,00
271	TOPIRAMATO 50MG, COMPRIMIDO	COMP	390	0,76	296,40
272	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML (100MG/2ML), AMPOLA COM 2ML	AMP	1300	1,88	2.444,00
273	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG, CÁPSULA	CAP	325	0,68	221,00
274	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	35	1,88	65,80
275	VALPROATO DE SÓDIO (ÁCIDO VALPROICO) 250MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	390	13,43	5.237,70
276	VALPROATO DE SÓDIO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	26000	1,66	43.160,00
277	VALPROATO DE SÓDIO 250MG, COMPRIMIDO	COMP	16250	0,96	15.600,00
278	VARFARINA SÓDICA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	325	0,28	91,00
279	VITAMINA A + VITAMINA D + ÓXIDO DE ZINCO, POMADA, BISNAGA COM 45G	BIS	234	8,95	2.094,30
280	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 100MG/ML (500MG/5ML), AMPOLA COM 5ML	AMP	3900	1,56	6.084,00
281	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 1.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA	COMP	2340	0,35	819,00
282	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 2.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA	COMP	2340	0,86	2.012,40
283	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 50.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA	COMP	2340	3,19	7.464,60
284	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 7.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA	COMP	2340	0,55	1.287,00
285	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) GOTAS, FRASCO	FRS	240	10,50	2.520,00
286	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	150	3,15	472,50
TOTAL					1.453.687,30

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.
- 4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

- 5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
RUA QUEBRA QUILOS, S/N - CENTRO - FAGUNDES - PB.
CEP: 58487-000



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

5.2. Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/07/2026.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

9.2. A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

9.3. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

RAI SOUZA TAVEIRA
Pregoeiro Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ACEBROFILINA XPE PEDIÁTRICO 100MG/ML		FRS	975		
2	ACETILCISTEÍNA 40MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120ML		FRS	325		
3	ACETILCISTEÍNA 100MG/ML (10%), AMPOLA COM 3ML		AMP	390		
4	ACICLOVIR 200MG, COMPRIMIDO		COMP	1300		
5	ACICLOVIR CREME DERMATOLÓGICO 50MG/G, BISNAGA COM 10G		BIS	260		
6	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG, COMPRIMIDO		COMP	65000		
7	ÁCIDO FÓLICO 5MG, COMPRIMIDO		COMP	58500		
8	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/ML, AMPOLA COM 5ML		AMP	1300		
9	ADENOSINA 3MG/ML, AMPOLA COM 2ML		AMP	325		
10	ADRENALINA (EPINEFRINA) 1MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	325		
11	ÁGUA BIDEUTILADA, AMPOLA COM 10ML		AMP	13000		
12	ÁGUA DESTILADA, FRASCO COM 500ML, SISTEMA FECHADO		FRS	650		
13	ALBENDAZOL 40MG/ML (4%), SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML		FRS	1300		
14	ALBENDAZOL 400MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL		COMP	1300		
15	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG, COMPRIMIDO		COMP	1300		
16	ALPRAZOLAM 0,50MG, COMPRIMIDO		COMP	6500		
17	ALPRAZOLAM 1MG, COMPRIMIDO		COMP	7800		
18	ALPRAZOLAM 2MG, COMPRIMIDO		COMP	7800		
19	AMBROXOL 15MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 100ML		FRS	650		
20	AMBROXOL 30MG/ML, XAROPE ADULTO, FRASCO COM 100ML		FRS	650		
21	AMIODARONA, CLORIDRATO 50MG/ML, AMPOLA COM 3ML		AMP	260		
22	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO		COMP	52000		
23	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG, COMPRIMIDO		COMP	3900		
24	AMOXICILINA 250MG/5ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML		FRS	975		
25	AMOXICILINA 500MG, CÁPSULA		CAP	26000		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

26	AMOXICILINA 50MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5MG/5ML (250+62,5MG/5ML), SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 70ML	FRS	780		
27	ANLÓDIPINO, BESILATO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	32500		
28	ANLÓDIPINO, BESILATO 5MG, COMPRIMIDO	COMP	65000		
29	ATENÓLOL 50MG, COMPRIMIDO	COMP	26000		
30	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	325		
31	AZITROMICINA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	4550		
32	AZITROMICINA 900MG, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 22,5ML	FRS	650		
33	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI, FRASCO/AMPOLA	FA	1300		
34	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2MG, COMPRIMIDO	COMP	8450		
35	BROMAZEPAM 3MG, COMPRIMIDO	COMP	3900		
36	BROMAZEPAM 6MG, COMPRIMIDO	COMP	4550		
37	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO, FRASCO COM 20ML	FRS	195		
38	BUDESONIDA 32MCG, AEROSOL/SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES	FRS	78		
39	BUDESONIDA 64MCG, AEROSOL/SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES	FRS	78		
40	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	1625		
41	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML + DIPIRONA 333,4MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	975		
42	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 5ML	AMP	3900		
43	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	3900		
44	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
45	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	200		
46	BROMOPRIDA 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	400		
47	CAPTÓPRIL 25MG, COMPRIMIDO	COMP	130000		
48	CAPTÓPRIL 50MG, COMPRIMIDO	COMP	32500		
49	CARBAMAZEPINA 200MG, COMPRIMIDO	COMP	32500		
50	CARBAMAZEPINA 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	700		
51	CARBIDOPA 25MG + LEVODOPA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	700		
52	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	6500		
53	CARBONATO DE LÍCIO 300MG, COMPRIMIDO	COMP	8450		
54	CARVEDILOL 12,5MG, COMPRIMIDO	COMP	9750		
55	CARVEDILOL 6,25MG, COMPRIMIDO	COMP	9750		
56	CEFALEXINA 250MG/5ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975		
57	CLINDAMICINA 300MG, CÁPSULA	CAP	3250		
58	CLINDAMICINA 300MG, CÁPSULA	CAP	13000		
59	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G, FRASCO/AMPOLA (IM/IV)	FA	1170		
60	CETÓPROFENO 150MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	1300		
61	CETOCONAZOL + BETAMETASONA + NEOMICINA, CREME, BISNAGA COM 30G	BIS	400		
62	CETOCONAZOL 200MG, COMPRIMIDO	COMP	700		
63	CETOCONAZOL CREME 20MG/G, BISNAGA COM 30G	BIS	700		
64	CETOCONAZOL XAMPU 20MG/G (2%), FRASCO COM 80ML	FRS	400		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

65	CETOPROFENO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL IM, AMPOLA COM 2ML		AMP	1300		
66	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5MG, COMPRIMIDO		COMP	650		
67	CILOSTAZOL 100MG, COMPRIMIDO		COMP	400		
68	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500MG, COMPRIMIDO		COMP	4550		
69	CITALOPRAM, BROMIDRATO 20MG, COMPRIMIDO		COMP	6500		
70	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO		COMP	1300		
71	CLONAZEPAM 0,5MG, COMPRIMIDO		COMP	2600		
72	CLONAZEPAM 2,5MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML		FRS	1000		
73	CLONAZEPAM 2MG, COMPRIMIDO		COMP	78000		
74	CLOPIDOGREL 75MG, COMPRIMIDO		COMP	1300		
75	DULOXETINA, CLORIDRATO 30MG, CÁPSULA		CAP	700		
76	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML		AMP	700		
77	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG, COMPRIMIDO		COMP	3900		
78	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO		COMP	2600		
79	NALOXONA, CLORIDRATO 0,4MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	400		
80	CODEÍNA 30MG + PARACETAMOL 500MG, COMPRIMIDO		COMP	3250		
81	COMPLEXO B, COMPRIMIDO		COMP	13000		
82	COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML		AMP	9750		
83	COMPLEXO B, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100ML		FRS	700		
84	DEXAMETASONA 4MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2,5ML		AMP	9750		
85	DEXAMETASONA CREME 1MG/G (0,1%), BISNAGA COM 10G		BIS	700		
86	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML, FRASCO COM 120ML		FRS	975		
87	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2MG/5ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100ML		FRS	400		
88	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML + BETAMETASONA 0,05MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML		FRS	400		
89	DESLORATADINA 0,5MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML		FRS	780		
90	DESLORATADINA 5MG, COMPRIMIDO		COMP	780		
91	DIAZEPAM 10MG, COMPRIMIDO		COMP	54600		
92	DIAZEPAM 5MG, COMPRIMIDO		COMP	9750		
93	DIAZEPAM 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML		AMP	400		
94	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG, COMPRIMIDO		COMP	9750		
95	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML (75MG/3ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 3ML		AMP	9750		
96	DIGOXINA 0,25MG, COMPRIMIDO		COMP	6500		
97	DIMENIDRINATO, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML		FRS	200		
98	DIMENIDRINATO 50MG/ML + PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA		AMP	1950		
99	DIMENIDRINATO 25MG/ML + PIRIDOXINA 5MG/ML, GOTAS, FRASCO		FRS	300		
100	DIMENIDRINATO 50MG + PIRIDOXINA 10MG, COMPRIMIDO		COMP	1950		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

101	DIMETICONA (SIMETICONA) 40MG, COMPRIMIDO		COMP	1950	
102	DIMETICONA (SIMETICONA) 75MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 10ML		FRS	700	
103	DIPIRONA SÓDICA 500MG, COMPRIMIDO		COMP	39000	
104	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 10ML		FRS	2600	
105	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML (1G/2ML), AMPOLA COM 2ML		AMP	11700	
106	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML		AMP	200	
107	ENALAPRIL, MALEATO 10MG, COMPRIMIDO		COMP	32500	
108	ENALAPRIL, MALEATO 20MG, COMPRIMIDO		COMP	32500	
109	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG, AMPOLA COM 1ML		AMP	200	
110	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG, SERINGA PREENCHIDA		SER	975	
111	ESPIRONOLACTONA 100MG, COMPRIMIDO		COMP	3250	
112	ESPIRONOLACTONA 25MG, COMPRIMIDO		COMP	13000	
113	ESPIRONOLACTONA 50MG, COMPRIMIDO		COMP	3900	
114	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	300	
115	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15MG, CARTELA/CAIXA COM 21 COMPRIMIDOS		CX	195	
116	ETOMIDATO 2MG/ML, AMPOLA COM 10ML		AMP	100	
117	FENITOÍNA SÓDICA 100MG, COMPRIMIDO		COMP	9750	
118	FENITOÍNA SÓDICA 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 5ML		AMP	35	
119	FENOBARBITAL 100MG, COMPRIMIDO		COMP	32500	
120	FENOBARBITAL 40MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML		FRS	300	
121	FENOBARBITAL SÓDICO 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML		AMP	130	
122	FENTANILA, CITRATO 50MCG/ML, AMPOLA COM 2ML		AMP	35	
123	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	130	
124	FLUCONAZOL 150MG, CÁPSULA		CAP	4550	
125	FLUMAZENIL 0,1MG/ML, AMPOLA COM 5ML		AMP	130	
126	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG, COMPRIMIDO/CÁPSULA		COMP	71500	
127	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60ML		FRS	975	
128	QUETIAPINA, FUMARATO 100MG, COMPRIMIDO		COMP	3900	
129	QUETIAPINA, FUMARATO 25MG, COMPRIMIDO		COMP	7800	
130	FUROSEMIDA 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML		AMP	1950	
131	FUROSEMIDA 40MG, COMPRIMIDO		COMP	65000	
132	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 160MG/ML + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 60MG/ML, ENEMA		UND	200	
133	GENTAMICINA, SULFATO 40MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	100	
134	GENTAMICINA, SULFATO 40MG/ML (80MG/2ML), AMPOLA COM 2ML		AMP	100	
135	GLIBENCLAMIDA 5MG, COMPRIMIDO		COMP	65000	
136	GLICLAZIDA 30MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	3900	
137	GLICLAZIDA 60MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		COMP	3900	
138	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10ML		AMP	6500	
139	GUACO, XAROPE, FRASCO COM 100ML		FRS	200	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

140	HALOPERIDOL, DECANOATO 70,52MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	400		
141	HALOPERIDOL 1MG, COMPRIMIDO	COMP	2600		
142	HALOPERIDOL 2MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	400		
143	HALOPERIDOL 5MG, COMPRIMIDO	COMP	9750		
144	HALOPERIDOL 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML	AMP	35		
145	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/0,25ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBCUTÂNEA, AMPOLA COM 0,25ML	AMP	650		
146	HEPARINA SÓDICA 5.000UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA COM 5ML	FA	650		
147	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	130		
148	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG, COMPRIMIDO	COMP	65000		
149	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	6500		
150	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ + DILUENTE)	FA	390		
151	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ + DILUENTE)	FA	650		
152	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	325		
153	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 6% + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 4%, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	70		
154	HIDROXIZINA, CLORIDRATO 2MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	4550		
155	IBUPROFENO 50MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	650		
156	IBUPROFENO 600MG, COMPRIMIDO	COMP	26000		
157	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-RH (D), AMPOLA COM 2ML (300MCG)	AMP	70		
158	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3900		
159	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG, COMPRIMIDO SUBLINGUAL	COMP	3900		
160	ITRACONAZOL 100MG, CÁPSULA	CAP	650		
161	IVERMECTINA 6MG, COMPRIMIDO	COMP	1950		
162	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	300		
163	COLAGENASE 0,6U/G, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	200		
164	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 120ML	FRS	200		
165	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG (BD), COMPRIMIDO	COMP	1300		
166	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG (HBS), CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAP	1300		
167	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
168	LEVOMEPROMAZINA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	11700		
169	LEVOMEPROMAZINA 25MG, COMPRIMIDO	COMP	9750		
170	LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML (4%), SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 20ML	FRS	35		
171	LEVONORGESTREL 0,75MG, COMPRIMIDO	COMP	325		
172	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
173	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
174	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
175	LEVOTIROXINA SÓDICA 75MCG, COMPRIMIDO	COMP	1300		
176	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2% SEM VASOCONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO COM 20ML	FRS	1950		
177	LIDOCAÍNA GEL 2%, BISNAGA COM 30G	BIS	325		
178	LORATADINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	8450		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

179	LORATADINA 1MG/ML, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	780		
180	LORAZEPAM 2MG, COMPRIMIDO	COMP	650		
181	LOSARTANA POTÁSSICA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	23400		
182	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG, COMPRIMIDO	COMP	195000		
183	MEBENDAZOL 100MG, COMPRIMIDO	COMP	325		
184	MEBENDAZOL 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30ML	FRS	325		
185	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG, COMPRIMIDO	COMP	42900		
186	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG, COMPRIMIDO	COMP	87360		
187	METILDOPA 250MG, COMPRIMIDO	COMP	13260		
188	METILDOPA 500MG, COMPRIMIDO	COMP	10010		
189	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FRS	195		
190	METRONIDAZOL 250MG, COMPRIMIDO	COMP	5850		
191	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G, BISNAGA COM 50G + APLICADORES	BIS	975		
192	METRONIDAZOL 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 80ML	FRS	40		
193	MICONAZOL, NITRATO 20MG/G (2%), CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA COM 28G	BIS	234		
194	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL, BISNAGA COM 80G + 10 APLICADORES	BIS	1560		
195	MIDAZOLAM 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML	AMP	40		
196	MISOPROSTOL 200MCG, COMPRIMIDO VAGINAL	COMP	40		
197	MORFINA, SULFATO 10MG/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	40		
198	NEOMICINA, SULFATO + BACITRACINA, POMADA, BISNAGA COM 10G	BIS	325		
199	NIFEDIPINO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	3900		
200	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	COMP	9750		
201	NIMESULIDA 50MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 15ML	FRS	65		
202	NISTATINA 100.000UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30ML	FRS	260		
203	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI/G, BISNAGA COM 50G + 7 APLICADORES	BIS	650		
204	NITROGLICERINA (NITROPRUSIATO) 5MG/ML, AMPOLA COM 10ML	AMP	40		
205	NOREPINEFRINA, BITARTARATO 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 4ML	AMP	40		
206	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG, CÁPSULA	CAP	400		
207	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50MG, CÁPSULA	CAP	400		
208	OCITOCINA 5UI/ML, AMPOLA COM 1ML	AMP	100		
209	ÓLEO MINERAL, FRASCO COM 100ML	FRS	195		
210	OMEPRAZOL 20MG, CÁPSULA	CAP	39000		
211	OMEPRAZOL 40MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO/AMPOLA + DILUENTE	FA	325		
212	OMEPRAZOL 40MG, CÁPSULA	CAP	650		
213	ONDANSETRONA, CLORIDRATO 2MG/ML (4MG/2ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	5200		
214	ONDANSETRONA 8MG, COMPRIMIDO	COMP	650		
215	OXACILINA SÓDICA 500MG, FRASCO/AMPOLA (PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL)	FA	325		
216	ESCITALOPRAM, OXALATO 10MG, COMPRIMIDO	COMP	78000		
217	ESCITALOPRAM, OXALATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	13000		
218	OXCARBAZEPINA 300MG, COMPRIMIDO	COMP	650		
219	OXCARBAZEPINA 600MG, COMPRIMIDO	COMP	650		
220	OXCARBAZEPINA 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	40		
221	OLANZAPINA 10MG, COMPRIMIDO	COMP	6500		
222	PANTOPRAZOL 40MG, COMPRIMIDO	COMP	650		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

223	PARACETAMOL 200MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 15ML	FRS	650		
224	PARACETAMOL 500MG, COMPRIMIDO	COMP	4550		
225	PARACETAMOL 750MG, COMPRIMIDO	COMP	3250		
226	PAROXETINA, CLORIDRATO 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3250		
227	PASTA D'ÁGUA, POTE/BISNAGA COM 80G	UND	70		
228	PERMETRINA 5%, LOÇÃO, FRASCO COM 60ML	FRS	390		
229	PIPERACILINA SÓDICA 4G + TAZOBACTAM SÓDICO 500MG, FRASCO/AMPOLA	FA	195		
230	PIRACETAM 200MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	40		
231	POLIVITAMÍNICO, XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	65		
232	PREDNISOLONA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	325		
233	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60ML	FRS	975		
234	PREDNISONA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	3250		
235	PREDNISONA 5MG, COMPRIMIDO	COMP	5200		
236	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG, COMPRIMIDO	COMP	5850		
237	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2ML	AMP	200		
238	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40MG, COMPRIMIDO	COMP	13000		
239	PREGABALINA 75MG, CÁPSULA	CAP	22750		
240	RISPERIDONA 1MG, COMPRIMIDO	COMP	19500		
241	RISPERIDONA 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML	FRS	1950		
242	RISPERIDONA 2MG, COMPRIMIDO	COMP	31200		
243	RISPERIDONA 3MG, COMPRIMIDO	COMP	19500		
244	SACCHAROMYCES BOULARDII 100MG, CÁPSULA	CAP	650		
245	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG, ENVELOPE/SACHÊ	ENV	650		
246	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, ENVELOPE COM 27,9G	ENV	3250		
247	SALBUTAMOL, SULFATO 0,4MG/ML (4%), XAROPE, FRASCO COM 100ML	FRS	40		
248	SALBUTAMOL, SULFATO 100MCG/DOSE, AEROSOL/SPRAY COM 200 DOSES	FRS	1300		
249	SECNIDAZOL 1000MG, COMPRIMIDO	COMP	650		
250	SERTRALINA, CLORIDRATO 50MG, COMPRIMIDO	COMP	78000		
251	SINVASTATINA 20MG, COMPRIMIDO	COMP	59800		
252	SINVASTATINA 40MG, COMPRIMIDO	COMP	13000		
253	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA ABERTO COM TAMPA, FRASCO COM 500ML	FRS	650		
254	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 100ML	FRS	1950		
255	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 250ML	FRS	2600		
256	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	7800		
257	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1:1, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	40		
258	SORO GLICOSADO 5%, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	1950		
259	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	3250		
260	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES, SISTEMA FECHADO, FRASCO COM 500ML	FRS	1625		
261	SULFADIAZINA DE PRATA 1%, POMADA, BISNAGA COM 30G	BIS	650		
262	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML + TRIMETOPRIMA 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 100ML	FRS	195		
263	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG, COMPRIMIDO	COMP	455		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO

264	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%, AMPOLA COM 10ML		AMP	650		
265	SULFATO DE MAGNÉSIO 50%, AMPOLA COM 10ML		AMP	650		
266	SULFATO FERROSO 40MG (FE ELEMENTAR), COMPRIMIDO		COMP	39000		
267	SULFATO FERROSO 25MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/GOTAS, FRASCO COM 30ML		FRS	195		
268	SUPPOSITÓRIO DE GLICERINA (ADULTO/INFANTIL), UNIDADE		UND	70		
269	TENOXICAM 20MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE, AMPOLA COM 2ML		AMP	2275		
270	TOPIRAMATO 25MG, COMPRIMIDO		COMP	390		
271	TOPIRAMATO 50MG, COMPRIMIDO		COMP	390		
272	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML (100MG/2ML), AMPOLA COM 2ML		AMP	1300		
273	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG, CÁPSULA		CAP	325		
274	TRAMADOL, CLORIDRATO 50MG/ML, AMPOLA COM 1ML		AMP	35		
275	VALPROATO DE SÓDIO (ÁCIDO VALPROICO) 250MG/ML, SOLUÇÃO ORAL/XAROPE, FRASCO COM 100ML		FRS	390		
276	VALPROATO DE SÓDIO 500MG, COMPRIMIDO		COMP	26000		
277	VALPROATO DE SÓDIO 250MG, COMPRIMIDO		COMP	16250		
278	VARFARINA SÓDICA 5MG, COMPRIMIDO		COMP	325		
279	VITAMINA A + VITAMINA D + ÓXIDO DE ZINCO, POMADA, BISNAGA COM 45G		BIS	234		
280	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 100MG/ML (500MG/5ML), AMPOLA COM 5ML		AMP	3900		
281	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 1.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA		COMP	2340		
282	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 2.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA		COMP	2340		
283	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 50.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA		COMP	2340		
284	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) 7.000UI, COMPRIMIDO/CÁPSULA		COMP	2340		
285	VITAMINA D (COLECALCIFEROL) GOTAS, FRASCO		FRS	240		
286	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 1ML		AMP	150		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:/2026

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Fagundes, Estado da Paraíba, localizada na Rua Quebra Quilos - Centro - Fagundes - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00004/2026 que objetiva o registro de preços para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES - CNPJ nº 08.737.694/0001-56.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00004/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Fagundes, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00004/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes; O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem; Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00004/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Fagundes.

...

...

...

...



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260702PE00004

CONTRATO Nº:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Fagundes - Rua Quebra Quilos, S/N - Centro - Fagundes - PB, CNPJ nº 08.737.694/0001-56, neste ato representada pelo Prefeito Wilmar Lemos Maranhão Júnior, Brasileiro, Empresário, residente e domiciliado na Sítio Antão, S/N - Zona Rural - Fagundes - PB, CPF nº 462.607.143-00, Carteira de Identidade nº 998036 SSP/PI, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/07/2026. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: 20.800 SECRETARIA DE SAUDE/FMS

10 301 1100 2035 5.128.000 10 MANUT. DO PROGRAMA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
RUA QUEBRA QUILOS, S/N - CENTRO - FAGUNDES - PB.
CEP: 58487-000



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

10 303 1100 2038 43.000 0 MANUT. DO PROGRAMA DA FARMÁCIA BÁSICA
10 301 1100 2039 4.332.000 8 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE SAÚDE
10 305 1100 2041 426.000 1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
10 302 1100 2074 68.000 0 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
10 301 1100 2075 246.000 0 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS
10 302 1100 2080 3.000 0 MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUS
3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO
3390.32 99 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Fagundes.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Fagundes - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Fagundes, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.